

OS EVANGÉLICOS E A DISPUTA PELO PODER POLÍTICO NO BRASIL

EVANGELICALS IN BRAZIL AND THE FIGHT FOR POLITICAL POWER

Dannyel Bruno Herculano Rezende¹

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-2699-0076>

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior²

UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-8114-4169>

DOI: [10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25368](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n32ID25368)

Resumo

A intensa participação evangélica (especialmente os ramos pentecostais e neopentecostais) na política brasileira na última década (re)colocaram em evidência as estreitezas das relações entre religião e política, sendo as últimas eleições presidenciais significativas nesse sentido, uma vez que o peso da religião e de questões de natureza moral sobre a esfera pública se revelaram de forma contundente. Propõe-se traçar um panorama histórico acerca da entrada e participação evangélica na política brasileira, abordando o itinerário dessa atuação política religiosa em direção ao campo majoritário nacional e apresentando o desenho de um conservadorismo moral evangélico crescente na esfera pública brasileira. O texto escrito faz referência a dados eleitorais e matérias jornalísticas que acompanham a política nacional, dialoga, também, com destacados pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre a temática de interface religião e política.

Palavras-chave: Religião e política. Evangélicos brasileiros. Eleições presidenciais. Esfera Pública.

¹ E-mail: dannyel.rezende@yahoo.com

² E-mail: orivaldojr@yahoo.com.br

Abstract

The intense involvement of protestant evangelicalism (mainly the Pentecostal and neo-Pentecostal branches) in Brazilian politics in the last decade put in evidence (again) the narrowness of the religion-politics relation. The three last presidential elections in Brazil were very meaningful in this sense, once the religion and of moral concerns weight on the public sphere reveal themselves in a blunt way. It is proposed to draw an historical view on the Evangelical entrance and participation in Brazilian politics at presidential level, approaching power relations in contention in these elections, to present, at least, a design of the growing moral evangelical conservatism in the public sphere. The text refers to electoral data and discuss with highlighted Brazilian researchers that recently covered the theme on the interface on religion and politics.

Keywords: Religion and Politics. Brazilian Evangelicals. Presidential Elections. Public Sphere.

Introdução

Não é considerado um fenômeno novo a participação do campo religioso na política. Porém, sua crescente visibilidade e influência junto aos governos atuais tornaram seus atores relevantes para uma análise da política contemporânea. No Brasil, a presença da religião protestante evangélica, especialmente no plano da ação social e da política partidária, destaca-se a partir das décadas de 1980/1990 em um contexto histórico-social de intensa movimentação política e renovada tentativa de enraizar a democracia no país após os anos de chumbo da ditadura militar. O período da redemocratização, como ficou conhecido, trouxe à tona novas possibilidades de avaliar a relação entre religião e política.

Nesse sentido, o contexto dos anos 80 e 90 foram bem profícuos. De modo geral, a crescente participação política-eleitoral evangélica se destaca em razão do enfraquecimento do regime civil-militar, da formulação de uma nova constituição e do protagonismo do PT, além da atuação de inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs). Destaca-se ainda um maior desenvolvimento e articulação das instituições religiosas em prol da defesa da democracia e, mais tarde, nas inúmeras parcerias com

a sociedade civil na formulação e encaminhamento de políticas sociais no Brasil.

De tal contexto, emergem as discussões sobre redefinições fronteiriças entre essas duas grandes esferas que é a religião e a política. Para Joanildo Burity³ a questão parte da compreensão de uma episteme liberal que predominou soberanamente onde quer que esse modelo ocidental de democracia e economia liberal fez presente. Essa episteme, de cunho Iluminista, é “fundada num dualismo entre espaço público e vida privada, política e religião, profano e sagrado, objetivo e subjetivo” e, politicamente, caracterizada pela neutralidade do Estado, pela separação entre religião e política, igreja e Estado.

A partir do momento em que o contexto social brasileiro começa a avançar, contando com uma forte ação organizada de grupos e instituições religiosas nos espaços públicos, a presença e participação da religião na esfera pública torna-se mais evidente, isto é, ocorre uma “publicização” cada vez mais crescente do religioso no campo político. Assim, a ideia de que o espaço público deveria estar totalmente destituído de conotações religiosas – como pré-requisito para a igualdade e liberdade de seus cidadãos – começa a enfraquecer diante de tais acontecimentos, dado que a cena contemporânea enseja casos em que o esvaziamento do modelo liberal leva a uma abertura do político pela penetração do religioso.

Para muitos pesquisadores a questão principal que se coloca às relações entre religião e política na contemporaneidade não é mais reafirmar o modelo da separação Igreja-Estado ou a neutralidade das instituições republicanas. É, acima de tudo, compreender como incorporar a conflitividade das lógicas culturais existentes e, entre elas, as religiosas, ao cotidiano dos debates públicos, do governo e da representação política.

É importante ter em mente que o contexto da redemocratização impulsionou uma progressiva e conflitiva lógica pluralista, na qual os movimentos culturais e sociais colocaram em pauta posições antes ocultas na dimensão do indivíduo, grupos ou valores (gênero, raça, meio ambiente, cultura, subjetividade, etc.) como sendo de caráter político e, assim, mobilizaram formas de ação coletiva em defesa de reconhecimento, justiça e participação. Trata-se da chamada “guinada cultural” ocorrida no nível das dinâmicas e das lutas sociais e sob a qual a religião é parte importante desse processo.

³ Cf. os trabalhos do Professor Joanildo Burity (2001; 2002; 2006; 2008) que dá sustentação em muito do que está sendo dito introdutoriamente e em partes diversificadas desse artigo.

Assim, não se pode mais ignorar a visibilidade pública da religião na cena contemporânea. Seja no plano da política, da cultura ou até mesmo do cotidiano, – ao se fazer referência à experiência religiosa tornando-se comum na vida das pessoas –, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público a sua forma de ser, a sua linguagem e suas demandas nas mais diversas direções.

O presente artigo parte, portanto, da reflexão de que as relações entre religião e política são cada vez mais importantes na atualidade. É de se notar que o crescimento de um segmento religioso no Brasil, os evangélicos, e a sua intensa participação na política nos últimos anos, colocaram em aparência as estreitezas dessa relação, não sendo à toa que as últimas eleições presidenciais foram significativas nesse sentido.

Sendo assim, o presente artigo objetiva reconstruir, ainda que em linhas gerais, a presença dos evangélicos na política nacional, evidenciando os marcos de sua participação no interior do sistema político e o ativismo religioso conservador crescente aos dias atuais. A abordagem se dará de maneira ampla e por meio de um resgate histórico. Trata-se, tão somente, em identificar as fases ou os momentos que marcam a presença religiosa evangélica na política nacional, fazendo ver o itinerário desse segmento, bem como as relações de poder que se ampliam na política brasileira.

Apesar de a discussão colocar em pauta o avanço dos evangélicos em direção ao campo majoritário nacional, com fortes acenos ao conservadorismo⁴, evidentemente que não se pretende deter-se na análise específica dos pleitos, uma vez que demandaria novas e maiores produções, não caberiam nas páginas deste artigo. Contudo, ressalte-se, acredita-se que com as presentes contribuições ampliam-se as possibilidades para pensar os caminhos que tomam a democracia no país, no jogo da configuração em que constam os diferentes atores, religiosos e laicos, na esfera pública brasileira.

⁴ Conservadorismo, assim como diversos conceitos nas Ciências Sociais, é um conceito amplo e de muitas variações em seu significado, sobretudo, em suas utilizações sociais cotidianas em diversos meios comunicacionais (rádio, televisão, internet). Aqui está sendo utilizado no sentido de conservadorismo moral e de costumes (intercambiáveis com propostas, pautas “conservadoras”), bem como em sua utilização histórico-contextual, ou seja, relacionado a processos sociopolíticos específicos. Sabe-se que o termo é tematizado no campo da Ciência Política e que retoma, originalmente, aos posicionamentos do filósofo Edmund Burke (1729-1797) contrários aos avanços promovidos pela Revolução Francesa (1789). É uma expressão desenvolvida ao longo da história por diversos autores (um expoente é Russel Kirk, 1918-1994, para quem a essência do conservadorismo é a preservação das antigas tradições morais da sociedade) e abrange as dimensões econômicas (liberais), políticas (aristocráticas), culturais (religiosas), entre outras.

Percepções preliminares em torno dos evangélicos

No Brasil o termo “evangélico” é comumente utilizado para designar as diferentes correntes cristãs, não católicas, existentes no país, desde as igrejas históricas, oriundas diretas da Reforma Protestante às correntes mais recentes denominadas de pentecostais e neopentecostais. Cada corrente tem suas próprias características, sendo, porém, ainda muito comum tratá-las como um fenômeno genérico, como se todas as igrejas compartilhassem das mesmas ideias e possuísem os mesmos posicionamentos sobre temas doutrinários, ideológicos e políticos⁵. Porém, esse “campo” é muito mais complexo do que faz imaginar tal generalização.

Aliás, assim como o termo “evangélico” apresenta seu viés, o conceito de “campo”, acima pronunciado, mostra-se, também, bastante nuançado. A referência é aqui feita a partir das análises de Pierre Bourdieu (2007) e assimilada de acordo com a realidade dos evangélicos no Brasil. Em Bourdieu um campo é um “sistema” ou um “espaço” estruturado de posições e de lutas entre diferentes agentes que ocupam posições variadas em torno de um capital específico. No campo, há uma relação de forças de acordo com a distribuição desse capital e a incorporação de um *habitus* (sistema de disposições incorporadas) próprio para “jogar o jogo”. Pode-se falar, assim e de modo geral, da constituição de uma estrutura do campo (formada, também, por agentes, instituições, etc).

O campo religioso é um campo específico, com uma estrutura própria, um capital simbólico e *habitus* próprios. No caso do campo evangélico, a estrutura é marcada pelos diferentes agentes com um *habitus* específico e em disputa pelo mesmo capital religioso. Desse modo, percebe-se não apenas as diferentes ramificações do campo evangélico (históricos, pentecostais e neopentecostais), mas também a sua estrutura no formato de instituições (igrejas) e agentes (especialistas e leigos). As relações de forças, presentes no campo religioso, obedecem a lógica estratégica das diferentes igrejas (enquanto um corpo burocrático de especialistas) e lideranças (bispos, pastores, etc.) para produzir a mensagem religiosa como “bem simbólico”, ampliar o seu raio de atuação e se firmarem como agentes relevantes no

⁵ Há uma certa percepção, dado o contexto atual de maior circulação de informações e a partir de leituras variadas em artigos na internet (sobretudo em páginas online não especializadas), em falas ou debates nos meios de comunicação, que o termo “evangélico” é comumente mobilizado para se referir a algo amplo, sem muita clareza “daquele” ou “deste grupo” de “religiosos” e com características predominantemente de homogeneidade. Ao que parece, o termo assim acionado, procura incorporar pessoas, lideranças ou atores coletivos, que de algum modo, estão relacionados às práticas cristãs, bíblicas ou “crentes”.

sistema religioso até mais amplo, dado que um campo é um microcosmo incluído num espaço social ainda maior. O campo religioso pode dialogar com outros campos, como o campo da política, por exemplo. Porém, cada campo guarda a sua autonomia (que é relativa).

Há que se falar, também, que capital ou bem simbólico não está disjuntado de “capital ou bem material”, como Bourdieu parece indicar em seu livro. Da mesma forma como é impossível separar significado de significante num signo (SAUSURRE, 1977), também é impossível separar o simbólico do suporte material, de modo que, a ampliação de um capital simbólico terá um reflexo material e vice-versa. Esse capital (material, por suposto), como é próprio do capital, se traduz em posse de objetos e imóveis, de recursos financeiros para manutenção de um corpo de agentes (obreiros, como são chamados), e de meios de produção simbólica. Na categorização weberiana aplicada por Bourdieu (2007), isso se aplicaria mais adequadamente à religiosidade sacerdotal e menos à profética e mágica, porém, como não existe religiosidade sem capital simbólico, todas acabam partilhando dessa mesma tensão, e mais cedo ou mais tarde parece que a ampliação exponencial do aspecto simbólico acaba afetando o aspecto material, apontando para uma tendência à “sacerdotalização” de todas as religiões.

São nos traços desses referenciais, com todo efeito e ainda que amplamente abordado, que se procura falar acerca dos evangélicos, sua história, organização e estratégias. Desse modo, sobre os evangélicos no Brasil, o marco de sua presença remonta a fase do Brasil Império (1822), onde existiam algumas poucas comunidades protestantes advindas, sobretudo, dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, sem liberdade de culto, pois eram proibidos, constitucionalmente, de realizá-los, ao contrário da religião católica oficialmente estabelecida pela coroa. Por conseguinte, a fase imperial é fortemente caracterizada pela busca da liberdade religiosa por parte dos evangélicos, visto que os cultos ocorriam de forma bem simples, devido às restrições do Regente D. Pedro I.

A partir do momento em que o Brasil se torna independente algumas denominações históricas – Luteranos, Metodistas, Presbiterianos, Congregacionais e Batistas – passam a vislumbrar real possibilidade de crescimento dessas igrejas no país. Esses protestantes objetivavam converter os brasileiros e nacionalizar sua membresia, aumentando assim, o número de fiéis (PIERUCCI, 2000).

No século XX surge o pentecostalismo como um efeito a longo prazo do avivamento Metodista do século XVIII. O pentecostalismo surge na escola bíblica de Topeka, Kansas/Estados Unidos, a qual era comandada por Charles Pahrham. Ele defendia a doutrina de que o falar em línguas estranhas era um dos principais sinais que acompanhava o batismo do Espírito Santo, e que tal experiência era atual e esperada para os fiéis. Não demorou muito para que esse novo movimento protestante chegasse ao Brasil, sendo implantado no ano de 1910 pelo italiano Luigi Francescon com a Congregação Cristã do Brasil, no interior de São Paulo, e em 1911, por Gunnar Vingren e Daniel Berg, em Belém do Pará, com a igreja Assembleia de Deus. Essas denominações foram gradativamente ganhando adeptos e começaram a se firmar no território nacional.

Para Paul Freston (1993), essa primeira leva de pentecostais no Brasil marca o início da história do pentecostalismo no país, a qual seria caracterizada por três ondas. Nesse sentido, essas denominações foram majoritárias durante 40 anos, perdendo seu monopólio por volta dos anos 50, quando esse campo se diversificou, surgindo, assim, a segunda onda com as igrejas do Evangelho Quadrangular (1951), o Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962).

Já a terceira onda começa a ganhar espaço no final dos anos 70 e tem como representante máxima a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). Tais denominações asseguram que o sucesso, a felicidade e a prosperidade podem ser alcançados nesta vida como sinal da benção de Deus à vida do fiel. Essas igrejas, também chamadas de neopentecostais (MARIANO, 1999), são menos rígidas que as pentecostais tradicionais em relação à moral e ao comportamento, acentuam os ritos de exorcismo e cura, bem como a capacidade de resolução de problemas econômicos e familiares intermediados por programas televisivos e com base na Teologia da Prosperidade, a qual favoreceu enormemente a sua inserção na política partidária, no mercado editorial e no restrito universo das telecomunicações.

Conforme Machado (2012), o crescimento do pentecostalismo, apontado pelas pesquisas do IBGE (2012), a expressar atualmente mais de 60% dos evangélicos, e a sua grande diversificação apresentam relações diretas com intensas mudanças ocorridas no campo da cultura e da política no Brasil ao longo do século XX. No campo da cultura, entre as mudanças mais significativas estão: a flexibilização dos usos e

costumes, a adoção da Teologia da Prosperidade, a capacidade de selecionar e incorporar elementos da agenda política de movimentos sociais e os investimentos crescentes nos meios de comunicação eletrônicos. No campo da política: a aproximação dos atores religiosos com os partidos políticos; a ampliação da presença de líderes religiosos no Legislativo e o interesse tanto pelas concessões de canais de televisão e de rádio, quanto pelas parcerias com as agências governamentais na área da ação social.

A Igreja Universal do Reino de Deus, além de ser um exemplo disso foi uma destacada protagonista na esfera política e nos meios de comunicação. O rápido e grande crescimento dessa igreja, que com pouco mais de três décadas de atuação na sociedade brasileira, conseguiu comprar e transformar a TV Record na segunda maior emissora do país em 2009, acabou fazendo também com que as demais denominações revissem suas restrições tanto à mídia televisiva, quanto à política partidária (MACHADO, 2012).

O sucesso nas disputas eleitorais é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e de uma intensa socialização dos fiéis, fenômenos que expressam revisões nas concepções de política e de cidadania dos pentecostais, que se destacavam desde os anos 1980 como os grupos evangélicos mais competitivos e com maior capacidade de transferirem suas influências da esfera religiosa para a esfera política. Um dos pontos mais importantes talvez tenha sido a adoção do modelo corporativo de representação política com o lançamento de candidaturas oficiais por parte da Igreja Universal do Reino de Deus. Esse tipo de iniciativa ampliou a força política do grupo e, conseqüentemente, acirrou as disputas no interior do campo evangélico fazendo com que outras igrejas criassem espaços de debate, socialização e organização das iniciativas no campo da política eleitoral (MACHADO, 2012).

Deve-se registrar ainda que desde as décadas de 80 e 90, vem se observando um grande interesse dos partidos políticos pelos pentecostais, com as lideranças partidárias estimulando filiações e candidaturas de atores religiosos desse campo na expectativa de ampliarem suas chances de sucesso nas urnas. Essa lógica pragmática acabou por favorecer não só a entrada dos pentecostais na política institucional, como também na direção das máquinas partidárias, a exemplo da Igreja Universal, que desde a década de 80, constava com a participação de pastores e bispos na direção

nacional e nas regionais do Partido Liberal (1985-2006) (MACHADO, 2012).

Os evangélicos na política: da Constituinte de 1986 às eleições nacionais

Embora os evangélicos, com seu trabalho assistencial e educacional, participem, de alguma forma, da vida pública nacional desde a sua implantação no país, a saber: os protestantismos de imigração e de missão, a partir do século XIX, e o pentecostalismo, a partir da primeira década do século XX, a sua presença na política institucional é um fenômeno da Nova República (ORO, 2005, p. 2012).

A Nova República brasileira (1989-1990) é, conforme especialistas da religião⁶, o marco inicial da participação dos evangélicos na política brasileira. Das primeiras e tímidas participações institucionais —, sobretudo nos parlamentos municipais e estaduais, porém com algumas experiências em nível nacional —, ao período que se inicia com a Assembleia Nacional Constituinte de 1986 —, outro grande marco da presença evangélica na política nacional (PIERUCCI, 1996; FRESTON, 1993) —, acumularam-se, por parte dos evangélicos, experiências políticas e partidárias que os projetaram a uma ação de maior fôlego na vida pública do país nos anos seguintes.

De modo geral, as experiências acima descritas fazem referência, inicialmente, aos poucos casos de atuação evangélica na política até 1930, sendo esta ação quase nula. Já o período Vargas (1930-1945), vai se notabilizar por uma participação mais ativa dos protestantes históricos em virtude das ameaças católicas, dentro da lógica de estreitamento das relações dessa religião com o governo varguista, e de oportunidades criadas pela nova legislação eleitoral (o Código Eleitoral de 1932). Por sua vez, a Constituinte de 1933-34 assinala, para o segmento evangélico, o nome de Guaracy Silveira (1893-1953) —, pastor metodista de família aristocrática paulista —, que a partir de sua experiência multiplicaram-se espaços para novas oportunidades de evangélicos na política parlamentar em nível nacional. Dessa maneira, nas diversas eleições até 1986, ampliaram-se o número de evangélicos que se elegeram mobilizando o voto religioso, mas concentrando a sua representatividade nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande de Sul.

É de Paul Freston (1993, p. 171) uma outra classificação oportuna para os evangélicos, que sintetiza um pouco dessa participação inicial na política institucional parlamentar. Para esse autor, três fases, em um primeiro momento, podem ser

⁶ Cf.: (FRESTON, 1993; ORO, 2005 e 2006; CAMPOS, 2002; BAPTISTA, 2007), entre outros.

identificadas quando se leva em conta a igreja que predominou no período: 1ª) 1933/1946 a 1951 - Fase Metodista; 2ª) 1951 a 1975 - Fase Presbiteriana; 3ª) 1975 a 1987 - Fase Batista. A primeira fase se refere ao período correspondente a atuação de Guaracy Silveira, a segunda fase corresponde ao destaque social da Igreja Presbiteriana entre os evangélicos daquele período e a terceira fase diz respeito ao crescimento político da Igreja Batista nos anos indicados, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro.

De todo modo, foi apenas nos anos 50 que os evangélicos, em sua maioria, começaram a ter influência política, acima de tudo, nas áreas urbanas e desenvolvidas do país. Foi nesse período também que os pentecostais começaram a ser mais procurados pelos partidos e pelos políticos da época. Mas foi, principalmente, a partir de 1987, pós Constituinte, que teve início uma quarta fase, na qual predominou a atuação política da Assembleia de Deus (FREESTON, 1993, p. 171).

Historicamente, é possível também situar a relação política dos evangélicos com o regime militar, no período que antecede tal experiência de redemocratização institucional no Brasil. Embora não seja extensiva aqui a análise, mas o posicionamento deste segmento, enquanto sociedade civil foi de proximidade e apoio aos governos militares no Brasil, muito semelhante ao da Igreja Católica no início do regime. Porém, essa relação é mais nuançada do que à primeira vista faz acreditar em alianças monolíticas do campo evangélico à ditadura. O fato de um dos generais que presidiu o país, Ernesto Geisel (de 1974 a 1979) ser Luterano é um indicador da presença Protestante nas Forças Armadas e a aproximação oportunista das mesmas às lideranças evangélicas, levando muitos pastores a cursarem a Escola Superior de Guerra (ESG), e privilegiando as igrejas evangélicas no Programa Aliança para o Progresso. Inicia-se aí uma afinidade eletiva que vai perdurar e eclodir com força no Brasil atual. Oro (2005, 2006), Campos (2002), Baptista (2007), ressaltam a movimentação dos militares em direção aos evangélicos à medida que a Igreja Católica, a partir de 1968, vai recuando de seu apoio à ditadura.

Porém, a Igreja Luterana e muitos membros de diversas denominações se posicionaram contrários ao Estado de exceção, inscrevendo-se na renúncia ao sistema de torturas e prisões e na movimentação contrária ao governo, foi o caso do presbiteriano Jaime Wright (o qual, juntamente a D. Paulo Evaristo Arns, publicou o livro Brasil: Nunca Mais (1985)), o metodista Anivaldo Padilha (pai do ex-ministro da

saúde Alexandre Padilha, governo Dilma), o também presbiteriano Zwinglio Mota Dias (antigo membro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Cedi que promovia encontros para, entre outras coisas, coletar informações sobre perseguidos do regime. Atualmente, pastor emérito da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil), entre outros⁷. Esses líderes, por mais que se notabilizem na história de resistência à ditadura, não gozavam de acolhimento muito amplo entre seus pares e também entre os evangélicos em geral.

Essa fase do regime militar, com forte ingerência sobre o sistema político e partidário brasileiro, que também impossibilitou o crescimento da representação evangélica no período, revelou os traços clientelistas de grande parte dos evangélicos no Brasil, a avidez pelo poder e pelo reconhecimento político. Registra-se que tais religiosos permaneceram, durante todo o período ditatorial, em posição de simpatia ou no mínimo de complacência em relação ao governo.

O Congresso Nacional e a formação evangélica em bancada

Contudo, a redemocratização em 1985 construiu um novo cenário para a atuação evangélica na política brasileira. Não apenas a abertura, a qual foi fundamental para os novos rumos da democracia no país, mais somado a ela, está a realização da Assembleia Nacional Constituinte em 1986 e a circulação de variadas notícias a respeito das pretensões católicas em interferir na constituição brasileira ao seu favor⁸, acabaram se constituindo, entre outros, como um estímulo a ampliação de tal segmento na política partidária e no Congresso Nacional neste período.

A partir da Constituinte de 1986, os evangélicos, conforme Oro (2006, p.107-113), ingressaram em maior número na política e ganharam visibilidade. Nessa ocasião, foi implantada no Congresso Nacional a chamada “Bancada Evangélica”, uma bancada pluripartidária, composta de 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal. A Assembleia de Deus foi a igreja que mais esteve presente elegendo 13 deputados (entre pastores, radialistas, cantores e evangelistas que, de alguma forma,

⁷ Revista ISTOÉ: “Os evangélicos e a ditadura militar”, Matéria de 21 de jan. de 2016. Cf.: https://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/

⁸ No tocante a esse assunto, fala-se bastante sobre a circulação de boatos no meio evangélico, os quais enfatizavam a possibilidade de a Igreja Católica vir a se tornar ainda mais poderosa em sua ligação com o Estado, cercear os evangélicos e as demais religiões, aprovar projetos contrários à “família” e em favor do aborto, da homossexualidade e prostituição. A Assembleia de Deus foi a denominação que estava mais ligada aos boatos e a que teve forte participação na corrida eleitoral. Cf.: Oro, 2006, p. 110; Folha de São Paulo, 17 de Set. de 1995, matéria “Bancada evangélica começou com um boato”.

estavam ligados à igreja) e em seguida, a Universal que elegeu apenas 1 deputado (mas, nas eleições seguintes viu esse número crescer: 1990, 3 deputados federais; 1994, 6 deputados; 1998, o número subiu para 17 e em 2002, 20 deputados federais, entre aqueles vinculados hierarquicamente ou não à igreja).

Obviamente, está relacionada ao aumento da participação evangélica na política, a mudança de postura dos religiosos sintetizado nos slogans “crente não se mete em política” a “irmão vota em irmão”. Essa mudança de comportamento, que já vinha sendo encaminhada, encontra-nos diferentes explicações diversas: seja a partir do fato de que os pentecostais passaram a adotar métodos mais rigorosos e eficazes de seleção e representação institucional/corporativa de seus candidatos (isso, em relação às maneiras mais “soltas” de organização dos históricos); seja pela necessidade explícita de os evangélicos em querer “moralizar” a política ou pelo conjunto dos interesses materiais do segmento em potencializar o seu poder político, econômico e midiático⁹.

Ainda de acordo com o autor supracitado,

Seja como for, a bancada evangélica guardou alguma especificidade ao longo da Assembleia Nacional Constituinte de 1986-1988. Segundo Pierucci, atuou como um bloco corporativo na defesa da “maioria moral”, assumindo posição contrária ao aborto, ao jogo, ao homossexualismo, às drogas, ao feminismo, à pornografia, à liberação dos métodos contraceptivos abortivos, à censura de costumes nos meios de comunicação social. (...) pensaram em fazer política não somente tendo em mira as suas comunidades religiosas, mas também a sociedade como um todo. Por isso mesmo, além de conservadores na esfera cultural e fundamentalista na esfera religiosa, os evangélicos alinharam-se politicamente à direita e mostraram-se conservadores na defesa da “lei e da ordem” e pela “moralidade e decência” (ORO, 2006, p. 109).

Com efeito, a organização dos evangélicos no Congresso, nos moldes de uma bancada, vem chamando atenção pela pauta conservadora que defendem e pelo número expressivo de candidatos que conseguem formar em cada eleição no país. Sobre isso, em matéria recente pelo Estadão¹⁰, o levantamento feito pelo

⁹ A primeira tese refere-se a Burity (2003, p.190) a segunda, Oro (2011, p. 390). A esse respeito Marcelo Tadvald (2006) acentua que os evangélicos veem na política um campo diabólico, isto é, sujeito às influências malélicas e a sua inserção nesse meio se justifica pelo combate às forças do mal presentes em tal domínio.

¹⁰Cf.: Estadão, Matéria “Os donos do poder” de 27 de Fev. de 2018, <https://infograficos.estadao.com.br/politica/eleicoes/2018/os-donos-do-congresso/servidores/>.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) contabilizou que a representação evangélica saiu de 36 em 2006 para 75 eleitos em 2014, um aumento de 108%. Mais recentemente 2018, saltou para 84 membros. A mesma matéria informa que expansão da representatividade tem base, até certo ponto, no aumento dos seguidores das igrejas evangélicas na população.

As eleições nacionais para presidente e o ativismo evangélico em pauta

A presença dos evangélicos na política atinge também o campo majoritário. De 1989, nas eleições que colocaram Fernando Collor de Melo (PRN) na presidência, a 2018, em que o eleitorado brasileiro elegeu o candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), posteriormente sem partido, o engajamento dos religiosos na política eleitoral em âmbito nacional só aumentou. A participação política é percebida não apenas através de candidatos diretos aos pleitos eleitorais, mas também por meio de lideranças e igrejas cujo ativismo têm se constituído como destaque e/ou diferencial em nível nacional mais recente. Os presidenciáveis, por outro lado, não têm como negar o peso crescente do voto evangélico e a necessidade da formação de alianças com as instituições religiosas. Por isso, a corrida aos apoios e a participação das igrejas na política partidária e fora dela têm se tornado uma constante no país. Assim, há pressões, também, em um outro sentido, há acordos e benefícios mútuos nesse campo.

De todo modo, com a presença e participação religiosa na política brasileira, demandas e questões de ordem moral e privada, tornaram-se cada vez mais visíveis ao público e vêm dividindo a sociedade. A influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos evangélicos sobre os presidenciáveis vêm se constituindo como peso significativo. Na eleição de Fernando Collor (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 1989, por exemplo, ficou claro o forte apoio que os pentecostais deram ao primeiro candidato, a exemplo explícito da Universal e a Casa da Bênção (Oro, 2006). Lula, por sua vez, conseguiu reunir apoio através dos comitês progressistas espalhados em vários estados do país e composto majoritariamente pelos históricos.

Quando da disputa entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT), observou-se, na primeira eleição (1994), uma leve inclinação dos pentecostais a FHC, com declarações, embora não tão explícitas, da Universal (lê-se Macedo) a seu favor: “Esta eleição será uma luta entre os candidatos de Deus e do diabo”, (...) “mas eu não

votarei em Lula” (CORTEN, 1996 *apud* ORO, 2006, p.116) e, por outro lado, uma forte oposição ao candidato Lula, destacadamente encabeçada pela Universal e seu poder midiático. Semelhante à eleição anterior, sobraram acusações do tipo: “é comunista”, “fez pacto com o diabo”, “pretende perseguir os evangélicos”, etc. No confronto seguinte de 1998, a Universal já se mostrava menos combativa ao PT, porém os evangélicos, de maneira geral, continuaram ao lado de FHC.

Em 2002 foi a vez de Lula (PT) e José Serra (PSDB), mas em uma eleição com o destacado protagonismo evangélico de Anthony Garotinho (PSB). Nesse pleito, Garotinho conseguiu mobilizar os evangélicos, construindo alianças entre algumas das principais denominações (Assembleia de Deus - Ministérios de Belém e Madureira e a Igreja Universal) e transitar com maior facilidade pelo segmento, observado pelo resultado de pesquisa na qual obteve a maioria dos votos evangélicos no primeiro turno¹¹. Sucintamente, ficou assim: Garotinho e o Bispo Rodrigues da Universal fizeram a mediação no campo evangélico em prol de apoios a Lula (conseguiram articular alianças, entre outras igrejas, a Metodista, Batista, Sara Nossa Terra, Universal e parte da Assembleia de Deus); Serra firmou acordos com setores da Assembleia de Deus e a Igreja Quadrangular (ORO, p. 121, 2006).

Na eleição presidencial de 2006 a disputa girou em torno dos presidenciáveis Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). Nesse pleito eleitoral não houve a candidatura de um postulante evangélico capaz de pôr em desequilíbrio as forças políticas em contenção¹², contudo, observou-se uma forte movimentação das igrejas em torno dessas diferentes candidaturas e o que é importante acentuar, os primeiros sinais, ainda que não tão fortes, de um debate moralizante no campo das práticas e costumes sociais.

Lula, por sua vez, abriu-se ainda mais ao diálogo com segmento evangélico, participou de várias reuniões, fez aparições públicas ao lado de lideranças evangélicas e acima de tudo se comprometeu com esses religiosos soldando amplas alianças políticas com a Igreja Universal, setores da Assembleia de Deus (Conselho Nacional das Assembleias de Deus - CONAMAD) e outras denominações. Alckmin conseguiu ainda no

¹¹ Votação do eleitorado evangélico para presidente no 1º turno de 2002 (ESEB 2002): Garotinho 51,27%; Lula 31,63%; Serra 12,29%; Ciro 3,39%. Cf.: Simone Bohn (2004, p. 333).

¹² Anthony Garotinho foi o tipo de candidato religioso que soube mobilizar a identidade evangélica. No entanto, viu as suas pretensões de concorrer, novamente, às eleições serem abandonadas pelas lideranças do PMDB, mesmo tendo vencido as prévias dentro do partido, em apoio ao PT na construção de uma ampla aliança.

final do primeiro turno o apoio de parte fundamental da Assembleia de Deus (Convenção Geral das Assembleias de Deus - CGADB), participou de encontros com pastores dessa mesma denominação (AD do Bom Retiro) e em denominações como a Comunidade da Graça e a Comunidade Paz e Vida. Mas o psdbista, com baixa representatividade entre os mais frágeis socialmente, não obteve adesões esperadas, o que pode ser explicado, em certo sentido, por serem os pentecostais majoritariamente compostos pelas camadas populares do país¹³.

Nas eleições de 2010, 2014 e, também, 2018, mais do que nunca, polêmicos temas que abordavam questões como a descriminalização do aborto, o casamento homoafetivo, a legalização do uso de drogas, política do desarmamento, entre outros, se destacaram nos meios de comunicação e nos programas de rádio e TV, além de inúmeros boatos espalhados nas mídias sociais. Os discursos foram fortemente instrumentalizados pela religião, especialmente pela moral cristã, e novas aparições em cultos foram registradas e exploradas entre os candidatos. Não custa lembrar que na eleição de 2010 o confronto principal se deu entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) e além desses dois postulantes à presidência, houve também a candidatura de Marina Silva (PV), declaradamente evangélica assembleiana. Na eleição seguinte, 2014, foi a vez de Dilma (PT) e Aécio Neves (PSDB), os quais também contaram com a presença de Marina Silva (agora pelo PSB) e, finalmente, em 2018 a disputa presidencial foi fortemente concentrada entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). A candidata Marina esteve presente, mas a sua atuação foi irrisória e a terceira maior votação ficou com o candidato Ciro Gomes (PDT).

Em todos esses pleitos foram registradas mudanças na disputa eleitoral e estas variações estavam ligadas as questões comportamentais já observadas no âmbito do Congresso Nacional, isto é, à semelhança de pautas negociadas pela bancada religiosa. Com efeito, diz respeito aos temas morais referenciados acima e que agora parece ou tudo indica ter migrado para outros âmbitos de disputa eleitoral ou níveis da representação política no país, muito embora não se possa afirmar com certeza sobre isso¹⁴. Este debate tem alcançado, não apenas os parlamentos, onde tem ocorrido o

¹³ O que confirmam MARIANO; HOFF; SOUZA DANTAS, 2006, pag. 69, ao demonstrarem que, conforme dados do Datafolha do mês de julho de 2010, somente 25% dos pentecostais adeririam a candidatura de Alkimin. Além disso, somente 19% do eleitorado brasileiro o identificaram como o candidato que mais defenderia os pobres, contra 48% para Lula. Isso, no confronto do 1º turno.

¹⁴ Não há uma pesquisa que afirme essa migração, o que há são algumas interpretações que começam a tecer sentidos nessa linha. Cf.: Ronaldo de Almeida (2017).

seu destaque, mas vem também atingido “aqui e acolá” o campo majoritário municipal e estadual e agora tudo aponta para a esfera nacional.

De acordo com Maria da Dores Machado (2012), tal situação tem se aprofundando com a construção nos últimos anos de uma política de aproximação do Governo com os movimentos sociais ligados aos coletivos feministas e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT), no qual tem se constatado a ocupação de postos no aparelho estatal e influência nas políticas públicas na área da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos, principalmente, a partir de 2006. Assim, temas polêmicos passaram a compor a agenda política de todos, como além das já citadas descriminalização do aborto e união civil homoafetiva, também, a criminalização da homofobia, a inclusão de cirurgias de readequação sexual, entre os serviços do SUS, etc.

Por outro lado, os coletivos religiosos também se fizeram presentes com a emergência de grupos mais liberais (as chamadas “igrejas inclusivas”) e o reposicionamento das estruturas eclesiais tradicionais com uma maior tendência à judicialização dos conflitos sociais e à inclusão, nas campanhas eleitorais, do combate ao aborto e às bandeiras dos movimentos LGBTT nas plataformas políticas de alguns candidatos que contam com apoio das lideranças religiosas (MACHADO, 2012).

Considerações finais

Muito tem se falado sobre os evangélicos no país, seu comportamento, interesses e projetos para a sociedade. Sua destacada presença no cenário atual tem despertado a curiosidade acadêmica, como também não acadêmica, tornando cada vez mais necessário o estudo de tal segmento cristão no país. O resgate histórico da entrada dos evangélicos na política e sua participação no Congresso Nacional confere o tom da dimensão de tal importância. Do mesmo modo, fica evidente o diferencial no qual vem se constituindo a força dos evangélicos na política nacional.

O exemplo está sendo a sua presença nas eleições. De 1989, nas eleições que colocaram Fernando Collor (PRN) na presidência, a 2018, em que o eleitorado brasileiro elegeu o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, a participação dos religiosos na política nacional só aumentou. Com essa participação, demandas e questões de ordem moral e privada, tornaram-se visíveis ao público e dividiram a sociedade. Assim, a influência e o poder de dirigentes, grupos e movimentos pentecostais sobre os

presidenciáveis tiveram peso significativo.

Os religiosos, desde a redemocratização (1985), vêm conseguindo agendar, mobilizar e pressionar, consideravelmente, candidaturas, a exemplo de Collor e Lula (1989), Lula e Fernando Henrique (1994 e 1998), Lula e José Serra (2002), Lula e Alckmin (2006), Dilma e José Serra (2010), Dilma e Aécio Neves (2014), e Haddad (PT) e Bolsonaro (PSL).

Em 2010, 2014 e 2018, mais do que nunca, os polêmicos temas referenciados se destacaram nos meios de comunicação e nos programas de rádio e TV dos presidenciáveis, além dos inúmeros boatos espalhados nas mídias sociais. Nessas eleições, os discursos foram fortemente instrumentalizados pela religião, especialmente pela moral cristã, e novas aparições em cultos foram registradas e exploradas entre os presidenciáveis. Em todas essas disputas a questão religiosa se sobressaiu, alcançando amplamente os meios de comunicação fazendo ver as recíprocas relações entre políticos e religiosos no país, e influenciando comportamentos políticos e escolhas do eleitorado brasileiro. A presença evangélica se fizera marcante por meio dos discursos, partidos, lideranças e igrejas, influenciando no ritmo das campanhas, dos compromissos, alianças e acordos políticos, e, de modo geral, na democracia.

Assim, o debate de questões de natureza conflituosa, como o aborto, o casamento gay, o uso de drogas, etc., tem ganhado grande dimensão na imprensa nacional nos últimos períodos eleitorais e os grupos religiosos vêm conduzindo a atenção da sociedade a essas novas pautas, as quais influem nas posições e discursos dos postulantes, evidenciando a mudança do comportamento dos candidatos diante dos temas, bem como do eleitorado.

Com efeito, essas relações têm gerado tensões na esfera pública colocando em destaque a conflitividade entre grupos de natureza religiosa e o Estado no Brasil. Percebe-se o embate de diferentes projetos e/ou interesses políticos que vêm ganhando notoriedades em torno dos temas polêmicos acima já referenciados e que refletem a dinâmica desses novos grupos na sociedade e na política brasileira. E essas discussões por estarem relacionadas a valores religiosos extremamente disputados na atualidade, como observou Frei Betto (2013), assumiram muito mais importância do que demandas mais urgentes na sociedade, como a melhoria da saúde, da educação, de projetos como a reforma agrária e/ou a preservação da Amazônia, etc. Em tudo

isso, vemos o papel crescente de uma religiosidade com face pública que se articula a tal ponto que acaba impondo à sociedade como um todo uma agenda de seu interesse particular.

Não resta dúvida que a interpenetração das esferas religiosa e política é cada vez mais evidente na sociedade, com forte destaque para a presença evangélica na política institucional nos últimos anos. As relações entre o campo religioso e o político têm provocado inúmeras mudanças, tendo em vista a participação mais direta desses agentes no âmbito eleitoral e nas ações de caráter moralizante, resultando em consequências diversas para a democracia brasileira.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, jun. 2017.
- BAPTISTA, Saulo de Tarso Serqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999 - 2006)**. 2007. 562 f. Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião), São Bernardo do Campo, 2007.
- BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião pública**. Campinas, vol. 10, n 2, out., 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BURITY, Joanildo A. **Religião e política na fronteira**, 2001. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 30 de Jul. de 2015.
- BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 2, p. 83-113. 2008.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e mídia no Brasil: uma história de acertos e desacertos. **REVER - Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, s/n, p.46-68, set. 2008.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Os políticos de cristo: uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no brasil. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 26, 2002. Caxambu. **Anais...AMPOCS**, 2002.
- FREI BETO. Eleição 2014 e Religião. **Correio da cidadania**. Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em: 30 de Jul. de 2015.
- FRESTON, Paul. As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na américa latina. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, Out. de 2010.
- FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 303f. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade estadual de Campinas, Campinas/SP,

1993.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012, p.89-105.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 29-56, 2012.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Marcio; SOUZA DANTAS, Toty Ypiranga de. Evangélicos Sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelos votos dos grupos religiosos. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 10, p. 65-78, jul./dez., 2006.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

ORO, Ari Pedro. **Algumas interpelações do pentecostalismo no Brasil.** Belo Horizonte, n. 22, jul./set., 2011.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48, p. 204-222, jan. 2005.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. In.: ORO, Ari Pedro (Org.). **Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai.** São Paulo: Attar, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Apêndice: As religiões no Brasil. In.: GAADER, Jostein. **O livro das religiões.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In.: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1977

TADVALD, Marcelo. Demonização da política ou política demonizada: os evangélicos e as eleições federais de 2006. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 10, p. 79-88, jul./dez., 2006. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/debatesdoner. Acesso em: 30 de Set. de 2020.

Recebido: 27 Mai 2021

Aceito: 25 Jun 2021